



Argumentum

E-ISSN: 2176-9575

revistaargumentum@yahoo.com.br

Universidade Federal do Espírito Santo  
Brasil

de Araújo BIZERRA, Fernando; Marinho de SOUZA, Reivan  
A “sociedade de informação” e a centralidade do trabalho: uma relação polêmica  
Argumentum, vol. 6, núm. 1, enero-junio, 2014, pp. 253-270  
Universidade Federal do Espírito Santo  
Vitória, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=475547142018>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais artigos
- ▶ Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe , Espanha e Portugal  
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

## ARTIGO

# A “sociedade de informação” e a centralidade do trabalho: uma relação polêmica

*The "information society" and the centrality of work: a relationship controversy*

Fernando de Araújo BIZERRA<sup>1</sup>  
Reivan Marinho de SOUZA<sup>2</sup>

**Resumo:** Num movimento de contrafluxo às tendências dominantes na academia e nas Ciências Humanas que apregoam o fim da sociedade de trabalho na atualidade, marcadas principalmente pelo verniz pós-moderno, este artigo discute criticamente os argumentos de autores contemporâneos que defendem a existência de uma “sociedade de informação”, cujo traço seria o predomínio da técnica e a perda da centralidade do trabalho. Objetiva demonstrar, a partir de um estudo bibliográfico, que longe de serem determinantes, a técnica e suas derivações estão subordinadas à estrutura econômico-social a elas correspondente. Defende-se a assertiva de que a evolução da técnica ocorre estreitamente articulada às necessidades de reprodução do capital.

**Palavras-chave:** Sociedade de Informação. Técnica. Centralidade do trabalho.

**Abstract:** In a move counterflow prevailing trends in academia and in the Humanities who preach the end of the working society today, marked principally by postmodern veneer, this article critically discusses the arguments of contemporary authors who defend the existence of a "society of information ", which would trace the ascendancy of technology and the loss of centrality of work. Intends to demonstrate, from a bibliographical study, that far from being conclusive, the technique and its derivations are subject to economic and social structure corresponding to them. It defends the assertion that the evolution of the technique is closely linked to the needs of capital reproduction.

**Keywords:** Information Society. Technique. Centrality of work.

Submetido em: 12/10/2013. Aceito em: 25/03/2014.

<sup>1</sup> Assistente Social. Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS/FSSO) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL, Brasil). Membro do Grupo de Pesquisa sobre Reprodução Social. E-mail: <nando\_epial@hotmail.com>.

<sup>2</sup> Assistente Social. Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE, Brasil). Professora do Curso de Graduação e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS/ FSSO) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL, Brasil). Membro do Grupo de Pesquisa sobre Reprodução Social. Coordenadora Nacional de Pós-Graduação da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS Gestão 2013-2014). E-mail: <reivansouza@yahoo.com.br>.

## Introdução

Uma das grandes questões que, a nosso ver, permeiam o debate contemporâneo sobre as mudanças que vêm ocorrendo na esfera da economia é a interação verificada entre as inovações tecnológicas aplicadas ao processo produtivo e o desenvolvimento social alcançado. Tendo esse tema como objeto de estudo, a reflexão aqui proposta inscreve-se no crivo da polêmica teórica e política instaurada no século XX, e que se espalha até os nossos dias com mais fôlego, acerca da centralidade do trabalho no mundo dos homens e da sua relação com as classes sociais. Debates versando sobre a categoria trabalho instauram-se na academia e se caracterizam pela pluralidade teórica, sendo traduzidos por diferentes acepções que, em última instância, tendem a assinalar a perda da precisão semântica do seu vocabulário<sup>3</sup>. Nesse universo, o tônus da polêmica tem sofrido os influxos da tradição pós-moderna. Do predomínio desta tradição derivam estudos que apontam a negação da centralidade do trabalho na sociedade contemporânea, atribuindo a outras categorias, sobretudo as que estão intimamente ligadas à técnica<sup>4</sup>, este papel. Resumindo uma

longa história, o argumento preponderante é o de que, diante das transformações na esfera produtiva, o trabalho tem se modificado, invalidando sua acepção marxiana como categoria central/fundante do mundo dos homens na sociedade. Sem dúvida, é aí que reside o nó górdio do debate.

No contexto da reestruturação capitalista, autores contemporâneos das Ciências Sociais defendem a tese do “adeus ao trabalho”, principalmente quando se trata da luta pela superação da ordem vigente. Não é casual encontrar afirmações presididas pelo “fetichismo da técnica” que defendem que a inserção da microeletrônica e da informática à produção, ao ampliar as possibilidades de acesso e difusão de conhecimentos, teria levado a sociedade a um novo patamar organizacional. Tal patamar poderia transformá-la para além do capitalismo. Isso porque, em resumo, a construção de uma sociedade emancipada estaria em marcha a partir do uso crescente das tecnologias voltadas para o processo de trabalho e para os seus mecanismos de controle e de organização. Nesse universo, “[...] a informação, como conceito, chega ao mundo trazendo consigo nuvens de glória” (KUMAR, 2006, p. 45). Essa defesa encontrou eco na análise de críticos da sociedade moderna, cujo argumento é de que a técnica seria o *locus*

<sup>3</sup> A propósito, não se pretende neste artigo analisar tal aspecto, mas tão somente destacar sua presença no debate. Um tratamento consistente a esse respeito encontra-se em Lessa (2011).

<sup>4</sup> Lessa (2011) afirma que a centralidade do trabalho na sociedade contemporânea tem sido discutida sob diversos enfoques ideológicos. Pode-se afirmar que, nas últimas décadas, o capitalismo tem vivenciado um quadro crítico de crise que, por sua vez, como consequência direta, provocou profundas mudanças nas relações de trabalho. Entre as principais alterações, destacam-se a apre-

ensão da categoria trabalho e de que trabalhador se trata (produtivo, improdutivo, coletivo), as novas formas de gestão e organização do trabalho – baseadas na ampliação dos mercados devido à produção em massa e, em seguida, substituídas pela produção flexível e pela fábrica rigorosamente enxuta –, a superexploração e o desemprego, com todas as consequências severas que desse quadro decorrem para os trabalhadores.

estratégico de superação da sociedade do trabalho. A história, na maioria das vezes, tem negado essas aspirações de “glória”. Trata-se, de fato, de uma especulação sem comprovação histórica, como veremos a seguir.

Contrapondo-se a esse quadro tendencial, entendemos, ainda que preliminarmente, que este caminho está fadado a mistificar a realidade e, aquém de explicá-la, não expressa o movimento contraditório em que se verifica o avanço das forças produtivas e o agravamento das precárias condições de reprodução social da humanidade, provocado pelo aumento do desemprego estrutural. Com o objetivo de discutir tal temática, o texto a seguir apresenta elementos críticos que demonstram a inviabilidade de a “sociedade de informação” eliminar o trabalho e as classes sociais. Fundamentamo-nos nas obras de Lojkine (1995), de Schaff (2007) e de Kumar (2006), que trazem o debate das “novas” teorias da “sociedade de informação” e as inconsistências dessas proposições. Cumpre enfatizar que esta não é uma leitura consensual e, hoje, nem mesmo prevalecente. Por isso a discussão realizada pelos autores de que aqui nos aproximamos é indispensável para o enfrentamento dessa questão.

### **A defesa da “sociedade de informação” em tempos de crise do capital**

No decurso do desenvolvimento histórico do sistema capitalista, sabe-se que até os anos 1970 os países centrais ou economias industrializadas vivenciaram um longo período de crescimento econômico, considerado os “anos gloriosos” do capita-

lismo. Identifica-se, então, a expansão da acumulação, ocorrendo, nesse mesmo processo, longos períodos de intensa prosperidade e curtos períodos de crises de superprodução. Esse momento é marcado pelo domínio hegemônico dos Estados Unidos na política econômica mundial, cujo padrão de acumulação rígido associava-se ao modelo fordista de organização produtiva e à política de regulação econômica keynesiana.

No entanto, a dinâmica do capitalismo nos anos de 1970 apresenta os traços mais contundentes de uma crise estrutural do capital (MÉSZÁROS, 2002), inaugurada com a crise do petróleo, em que se agravam suas contradições expressas nos limites dos processos de valorização, de acumulação e nas formas de reprodução social que garantiam trabalho e uma política de proteção social (direitos e benefícios sociais) aos trabalhadores. Essa crise se traduz, por parte do capital, na queda tendencial da taxa de lucro, no desgaste do padrão taylorista-fordista de produção, na desregulamentação do *Welfare State* e na hipertrofia do setor financeiro. Para o trabalho, constatam-se o insuficiente atendimento das necessidades sociais da maior parte das populações no mundo, os elevados índices de pauperização, a precarização e a flexibilização das relações de trabalho, a intensificação da exploração e a emergência do fenômeno do desemprego estrutural. Historicamente, demonstra-se a incapacidade de as forças econômicas controlarem, mediante o fordismo e as políticas keynesianas, as contradições imanentes ao desenvolvimento socioeconômico capitalista.

Esse período recessivo do capitalismo se estende até os dias atuais. É o momento em que se evidenciam baixas nas taxas de crescimento econômico, nos níveis de produtividade e nos processos de reprodução social. Caracteriza-se pela inflação, pelo crescimento do mercado financeiro em detrimento do setor produtivo, que não consegue reverter a capacidade ociosa das empresas, pelo aumento dos preços das matérias-primas e pelas altas taxas de juros no mercado. Apesar das iniciativas do grande capital para promover os ajustes necessários e superar a recessão, ainda persiste a baixa dos investimentos produtivos, o endividamento dos países centrais, a relação de dependência econômica dos países periféricos aos países centrais e a agudização das precárias condições de reprodução material/social da humanidade.

Em resposta ao desgaste do padrão taylorista-fordista, Antunes (2009, p. 33) salienta que o capital, na busca pela manutenção dos seus interesses autoexpansivos, iniciou um processo de reorganização de seu sistema econômico, ideológico e político de dominação,

[...] cujos contornos mais evidentes foram o advento do neoliberalismo, com a privatização do Estado, a desregulamentação dos direitos do trabalho e a desmontagem do setor produtivo estatal [...] a isso se seguiu também um intenso *processo de reestruturação da produção e do trabalho*, com vistas a dotar o capital do instrumento necessário para tentar repor os patamares de expansão anteriores (ANTUNES, 2009, p. 33, grifos do autor).

Numa ofensiva contra o trabalho, o capital se vê compelido a encontrar alternati-

vas para a crise em que é absorvido, no sentido de reordenar tanto a atividade produtiva e as formas de acumulação quanto seu controle sobre a sociedade. Diante dessas circunstâncias, é substituído o padrão “rígido” taylorista-fordista de produção pelo modelo toyotista, centrado fundamentalmente na “flexibilidade”, que se amolda ao processo de reestruturação da produção e do trabalho. Tal processo, como assevera Chesnais (1992), depende da prioridade do capital privado altamente concentrado a ser aplicado na produção de bens e serviços e do crescimento do setor financeiro.

Como já argumentado, em resposta à crise implanta-se um processo de reestruturação do capital que requer o desenvolvimento avançado das forças produtivas e a constituição do trabalhador multifuncional e polivalente, adequado à produção segmentada, horizontalizada e descentralizada que se consolida na empresa “enxuta”. Não por acaso, o capital monopolista vale-se, para se reestruturar, de novas e velhas formas de acumulação, o que acaba por afetar fortemente as relações de trabalho, tornando exponenciais as contradições imanentes à sua lógica expansionista, principalmente seu caráter destrutivo.

Analisando essa dinâmica da reestruturação capitalista, Jean Lojkine<sup>5</sup> considera

---

<sup>5</sup> Jean Lojkine, herdeiro do legado marxista, em sua obra *Revolução Informacional* recorre às pesquisas internacionais sobre os impactos da nova tecnologia nos processos de trabalho, e a partir daí confronta historicamente elementos da Revolução Industrial, do século XVIII. Realiza uma análise prospectiva quando tematiza os aspectos polêmicos da agenda contemporânea, como: automação,

que, desde os primórdios dos anos 1990, vem se materializando, na organização produtiva capitalista, uma “revolução informacional”. De acordo com o autor, é “[...] uma revolução tecnológica de conjunto, que se segue à revolução *industrial* em vias de terminar”. Mas, continua ele, “é muito mais que isto: constitui o anúncio e a potencialidade de uma nova civilização, *pós-mercantil*, emergente da ultrapassagem de uma divisão que opõe os homens desde que existem as sociedades de classe”, isto é, a “[...] divisão entre os que produzem e os que dirigem a sociedade. [...] Seu questionamento torna-se hoje um problema social real na escala de toda a humanidade” (LOJKINE, 1995, p. 11-12, grifos do autor).

Vê-se que o autor faz a defesa de que vem se constituindo, a partir da revolução informacional, um processo de superação do antagonismo que baliza a divisão social do trabalho. Aqui se apresenta uma das tensões que permeiam a tese de Lojkine. Tal argumento é questionável, porque é sabido que a produção flexível, apesar de promover alterações substantivas no processo de trabalho propiciadas pelo desenvolvimento tecnológico, não conseguiu, nem conseguirá, suplantar a distinção entre trabalho produtivo e trabalho improdutivo, existente no espaço industrial. Desse modo, o autor, ao defender a emergência de uma sociedade *pós-mercantil*, não questiona por que as inova-

---

informatização, organização do trabalho, limites da divisão entre produção e serviços, sociedade pós-industrial, revolução informacional, implicações sociopolíticas das novas tecnologias, qualificação/desqualificação etc.

ções da *microeletrônica*, da *informática* e do processo de *automação* ampliam consideravelmente a substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto e intensificam a exploração do trabalho.

Prosseguindo com sua argumentação, afirma Lojkine (1995) que há uma “zona de sombra” quando se propõe apreender a revolução tecnológica e o processo de desenvolvimento atual, e isto se expressa, principalmente, nas designações “segunda revolução industrial”, “revolução informática”, “revolução científica e técnica”. Apesar de tal consideração, o autor explica que o processo de trabalho se altera, porque ocorre

[...] a transferência, para as “máquinas”, de um novo tipo de funções cerebrais abstratas (o que propriamente caracteriza a automação), [que] está no coração da revolução *informacional*, [...] tal transferência tem como consequência fundamental deslocar o trabalho humano da manipulação para o tratamento de símbolos abstratos – e, pois, deslocá-lo para o tratamento da *informação*. Neste sentido, a revolução *informacional* nasce da oposição entre a revolução da máquina-ferramenta, fundada na objetivação das funções manuais, e a revolução da automação, baseada na objetivação de certas funções cerebrais desenvolvidas pelo maquinismo industrial (LOJKINE, 1995, p. 14, grifos do autor).

Todavia, o autor expõe que a automação não esgota “a inédita transformação operada pela revolução *informacional* em todas as atividades humanas, profissionais e não profissionais”. Argumenta que uma revolução tecnológica como a informacional não pode se restringir à “revolução do instrumento de trabalho”, ainda que esta seja, segundo ele, “essencial”. Isto porque, para Lojkine (1995), esta “revolu-

ção informacional” desperta potencialidades de ultrapassagem “das divisões de atividades, de funções e de homens, mas também entre a indústria e os serviços, entre o tempo de trabalho ‘necessário’ e o tempo de trabalho ‘livre’, entre a atividade profissional e a atividade doméstica, entre o espaço público e o espaço privado” (LOJKINE, 1995, p. 14-15). Para o autor, essa revolução informacional se destaca globalmente por duas características principais:

1. O tratamento ‘inteligente’ da informação afeta a antiga relação/ homem/máquina/produto material, própria do maquinismo: a máquina não é um suporte cego da força motriz, mas um *substituto da inteligência*, que também emite informação e com a qual o homem pode dialogar; o produto não é mais um objeto material, mas uma informação imaterial; 2. A relação homem/meio material/produto é substituída pela relação homem/homem, que coloca em primeiro plano as novas exigências nascidas da relação direta de *prestação*. Exigências contraditórias, como vemos, já que elas implicam tanto relações não mercantis (ainda que haja a tentativa de mercantilizá-las) quanto relações de poder e dominação (LOJKINE 1995, p. 125, grifos do autor).

Embora este autor afirme que não valoriza a dimensão instrumental/técnica, por outro lado, advoga que a “revolução informacional” é “sucessora”<sup>6</sup> da Revolução

Industrial<sup>7</sup> devido às características citadas, o que implica alterações significativas não só no modo de produzir, como também nas relações entre os homens na sociedade. O termo revolução, a nosso ver, assume semanticamente uma dimensão ampla/estrutural que expressa a ruptura de um dado modo de produção para instaurar outro. A assimilação da informática na produção flexível corresponde a uma alteração que modifica o processo de trabalho, porém não rompe com as bases estruturantes do modo de produção capitalista; ao contrário, possibilita a dominância totalitária do capital sobre a reprodução da sociedade.

Lojkine (1995, p. 16, grifos do autor) expõe ainda que esta revolução não significa o primado, “[...] o triunfo da ciência abstrata sobre a habilidade (o *saber-fazer*) –, pois não expressa o surgimento de um poder tecnocrático que dominaria uma

---

dades de serviços, como equivocadamente o sustentam teóricos da ‘sociedade pós-industrial’, a revolução informacional envolve também a produção material, na qual os operadores estão cada vez mais implicados nas atividades de formação, de articulação e atualmente de gestão” (LOJKINE, 1995, p. 124, grifos do autor).

<sup>7</sup> Para o autor, “a Revolução Industrial, sabe-se, caracterizou-se pela divisão entre aqueles que tinham a tarefa de transformar a matéria e aqueles que tratavam a informação; mas o próprio tratamento da informação subdividia-se, pelo menos, em três níveis: o trabalho do tratamento estandardizado da informação – que podia estar ligado ao contato com o cliente, o usuário; o empregado do escritório exercia esta função; o trabalho de seleção e de interpretação das informações remetidas aos ‘quadros’ encarregados de decisões operacionais (quadros intermediários e quadros funcionais); e, enfim, o trabalho de elaboração das decisões estratégicas (quadros de direção)” (LOJKINE, 1995, p. 125).

<sup>6</sup> A revolução informacional é sucessora da Revolução Industrial, conforme atesta o autor, porque a primeira assume historicamente uma dimensão similar. Em suas palavras: “Se a revolução da máquina-ferramenta permaneceu dominada pelas atividades *industriais* (como a revolução do instrumento pela agricultura), a revolução informacional coloca em primeiro plano as funções *informacionais*. Longe de ser pertinente apenas às ativi-

pirâmide de saberes”. Ele coloca em questão as divisões postas pela Revolução Industrial e pelo taylorismo-fordismo, conforme dito anteriormente, e defende que a revolução informacional põe “[...] no primeiro plano as potencialidades e exigência de superação desta divisão – as redes teleinformáticas e os bancos de dados setoriais já inscrevem nos fatos (apesar das enormes pressões da rentabilidade e da tecnocracia) uma estreita conexão entre produção e serviços”, assim como no “[...] espaço profissional e residencial, [nas] empresas, [nos] laboratórios e [nas] coletividades territoriais” (LOJKINE, 1995, p. 308-309).

Essa forma organizativa em rede, medida pela informação e pelo conhecimento, supera a divisão social e técnica do trabalho e a divisão da sociedade em classe? Entendemos que não, pois as redes convivem de forma articulada com o mercado, e até mesmo seu texto atesta isso, quando evidencia que elas se consolidam sob a “pressão da rentabilidade e da tecnocracia”. Mesmo com o desenvolvimento propiciado pela informática, os imperativos do capital continuam regendo a organização científica, social e política da sociedade. Permanece inabalável a primazia da produção da riqueza material sob o controle do capital e, desse modo, os demais elementos (técnicos, científicos e políticos) a ele se subordinam.

Ao considerar que as novas tecnologias da informação vêm sendo reivindicadas e usadas coletivamente pelos novos movimentos sociais dos anos 1980-1990, baseados no princípio da cooperação e da autonomia (LOJKINE, 1995, p. 309), o autor

também incorre num problema que, na nossa percepção, lembra o postulado da teoria da ação comunicativa de Habermas. Indagamos se os princípios de cooperação e autonomia postos pelos movimentos sociais com base na revolução informacional podem suplantar as relações entre as classes na sociedade. Em outras palavras: a positividade que ele postula possibilita a superação das divisões entre as atividades produtivas e improdutivas e entre as classes?

Na verdade, o autor em estudo não considera os elementos centrais que determinam tais divisões, e tampouco explica o porquê da necessidade do desenvolvimento tecnológico para a reprodução das sociedades de classes. É como se a revolução informacional pudesse resolver tanto técnica como socialmente o modo “desigual e combinado” que produz a riqueza sob a égide do capital e erradicar o controle privado da produção da riqueza exercido pelos capitalistas. O autor não explica, na atualidade, os limites postos pelo espectro da incontrolabilidade do capital. A análise realizada por Lojkine (1995) não consegue mais disfarçar que não é possível, no quadro de crise atual, manter estruturada a relação entre produção, circulação e consumo via desenvolvimento das forças produtivas capitalistas.

Já Schaff (2007) postula que a inovação tecnológica, principalmente na atual “sociedade de informação”, levará ao alcance do reino da abundância e da prosperidade, porquanto os homens poderão conquistar a liberdade e superar o fardo da dinâmica fragmentada/repetitiva/ alie-

nante do processo de trabalho taylorista-fordista, enquanto experiência mais recente, que restringe a possibilidade de acesso ao usufruto da riqueza socialmente produzida. A configuração do trabalho, que deriva da produção flexível, permite, segundo o autor, através da “revolução informacional”, reduzir o fardo do trabalho e fazer com que o trabalhador detenha o autocontrole e o domínio da atividade, mas, principalmente, defende o argumento de que ocorrerão mudanças na estrutura de classes da sociedade, pois, para ele, “[...] o trabalho [...] desaparecerá gradualmente (isto é, o trabalho que consiste no emprego da própria capacidade de troca de um determinado salário ou equivalente sob a forma de preço recebido pelo fruto do trabalho de alguém)”. Assevera o autor que “Este desaparecimento será uma consequência dos avanços da automação e da robotização produzidos pela revolução da microeletrônica” (SCHAFF, 2007, p. 42, grifos nossos). Tal argumento tem como base os dados da realidade do Japão:

Não estamos tratando aqui de ficção científica, mas de fatos objetivos que muitas vezes são mais assombrosos que a ficção. É um fato, por exemplo, que a chamada automação plena (que já pode ser observada no Japão não como mero experimento, mas como prática industrial nas chamadas *unmanned factories*, nas quais o processo de produção se dá praticamente sem a participação do homem) eliminará inteiramente o trabalho humano, o que tem sido mais fácil de acontecer – como se tem podido constatar – nos serviços que na produção. É pois um fato que o trabalho, no sentido tradicional da palavra, desaparecerá paulatinamente e com ele o trabalhador, e portanto também a classe trabalhadora como a totalidade dos trabalhadores. [...] Na sociedade informática a ciência assumirá o papel de for-

ça produtiva. Mesmo hoje a força de trabalho se modifica e desaparece em sentido social (SCHAFF, 2007, p. 43).

Além dessas considerações, argumenta que não só a classe trabalhadora tende a desaparecer, como ocorrerão alterações significativas na composição das demais classes, a exemplo da classe dos capitalistas rurais e urbanos. Salienta que com o desaparecimento da classe trabalhadora, o seu lugar [...] será ocupado por um estrato social integrado por cientistas, técnicos e administradores, que se incumbirão do funcionamento e dos progressos da indústria e dos serviços” (SCHAFF, 2007, p. 44-45). É na sociedade informática “[...] que a ciência assumirá o papel de força produtiva” (SCHAFF, 2007, p. 43), isto porque, para ele, “[...] a ciência é hoje um instrumento de produção cuja importância é crescente e cada vez mais determinante para o progresso em geral” (SCHAFF, 2007, p. 45). Com tais afirmações este autor elimina qualquer possibilidade de apreensão de que a base da economia é o fundamento para a existência das classes. Ao defender que existirão apenas “estratos” compostos por técnicos, cientistas, administradores e engenheiros, fragmenta a análise da sociedade numa perspectiva de classe e remete os estratos apenas às profissões. O pressuposto fundamental é abolido porque é negado o trabalho (esfera da economia) como o elemento que funda a reprodução da sociedade.

Para Kumar (2006), em sua obra *Da sociedade pós-industrial à pós-moderna: novas teorias sobre o mundo contemporâneo*, alguns sociólogos formularam a tese de que as transformações na esfera produtiva teri-

am inaugurado o período “pós-industrial”. Essa formulação da sociedade “pós-industrial” desencadeou intensos debates, estimulando questões importantes a serem analisadas. Para os autores que a defendem presenciava-se, no século XX, a “transição para uma nova sociedade”, de modo que a sociedade industrial estava sendo constantemente superada, dando lugar à “sociedade da informação”.

Citando Daniel Bell, Toffler e outros teóricos que defendem a “sociedade de informação”, Kumar (2006, p. 46) ressalta que tais autores analisam as mudanças atuais tendo como ponto de partida as alterações propiciadas pela informação, inextrinavelmente ligadas à descoberta do computador durante os anos da Segunda Guerra Mundial<sup>8</sup> e no período posterior. Para eles, a disseminação das tecnologias de informação, originadas a partir de certos progressos revolucionários obtidos na tecnologia do controle e da comunicação, passa a ser a esfera mais importante da sociedade do futuro, já que essa tecnologia é aplicada cotidianamente em diversos setores da sociedade<sup>9</sup>. De-

fendem, portanto, que ocorrem transformações significativas na história mundial. Sobre isso eles têm razão; trata-se de uma evidência histórica. Não se pode negar que a sociedade do século XX não é a mesma do século XIX no que se refere às relevantes mudanças fenomênicas alcançadas pelo desenvolvimento das capacidades humanas, expresso no avanço das forças produtivas, ainda que num nível alienante extremo, pois estiveram presas aos grilhões reprodutivos que aprisionam a humanidade ao capital.

Contudo, o argumento principal desses autores sustenta-se numa base frágil, pois, para eles, o que provocou as transformações tecnológicas foram os “[...] novos métodos de acessar, processar e distribuir informação” (KUMAR, 2006, p. 15). Nesta direção, suas reflexões apontam que o conhecimento e seu acúmulo são mediações para uma maior eficiência e liberdade<sup>10</sup>. Para Kumar (2006, p. 25), os defensores da “sociedade de informação”, oriundos de escolas de administração ou de mídias e comunicações, assu-

---

<sup>8</sup> “O computador eletrônico digital em si surgiu principalmente para realizar cálculos balísticos e as análises que resultaram na bomba atômica” (KUMAR, 2006, p. 46). Ou seja, surgiu para responder às necessidades de reprodução do capital num contexto histórico particular, de modo que, nas empresas multinacionais, principalmente as norte-americanas, “[...] computadores e satélites são tão essenciais ao seu funcionamento quanto os operários e as fábricas que produzem bens e serviços” (KUMAR, 2006, p. 47).

<sup>9</sup> O capital penetrou em todas as esferas da vida, sempre de modo a regulá-las. A política, a educação, os meios eletrônicos de divulgação e as artes, a saúde, a segurança social, a polícia, os serviços

penitenciários, o trabalho, a diversão e as relações familiares vêm sofrendo os impactos da ofensiva do capital. Nas áreas mais íntimas da vida individual, o consumismo invadiu os assuntos corporais e sexuais. Assim, segundo Kumar (2006, p. 228) “[...] em todos os espaços do ‘mundo da vida’, o capitalismo descobriu o material necessário para transformar tudo em novas mercadorias e em consumismo”.

<sup>10</sup> Convém lembrar que a liberdade que esses autores defendem está intimamente presa aos limites do mercado; é a liberdade do indivíduo possível nos marcos da sociedade burguesa, e, em sua aplicação prática, materializa-se como o direito humano à propriedade privada. Isso, no entanto, significa a liberdade para os proprietários individuais alcançarem o lucro.

mem uma visão “utópica”, já que as novas tecnologias da informação e sua ampla difusão anunciariam “uma nova aurora, uma transformação radical e benéfica da vida e do trabalho”. Tal fato é negado diariamente pela própria dinâmica de reprodução do capital na contemporaneidade. O incremento tecnológico desenvolvido, tendo o computador como “símbolo principal” e “motor analítico”, para usarmos os termos de Bell (apud KUMAR, 2006), esteve voltado, diretamente, para o planejamento militar na materialização de um complexo industrial-militar e científico, apesar de hoje ter assumido uma infinidade de usos, o que não muda sua função.

Os autores que difundem as teorias “pós-industrialistas da sociedade de informação” entendem que a comunicação e o controle constituem o centro da vida humana, pois “[...] a informação é um requisito para [a] sobrevivência” (KUMAR, 2006, p. 22). O argumento principal é que o conhecimento alcançado pelo progresso técnico, derivado da tecnologia da informação, não se deu apenas quantitativamente, mas qualitativamente. Para eles, “o elemento comum, é, de fato, a informação – a revolução tecnológica da informação e tudo o que ela conota em termos de comunicação instantânea e de compreensão do tempo e do espaço” (KUMAR, 2006, p. 23). De modo que isso contribui para um sistema integrado e unificado de conhecimento em escala planetária. Atestam os defensores da “sociedade de informação” que “[...] o conhecimento não só determina, em um grau sem precedentes, a inovação técnica e o crescimento econômico, mas está se

tornando rapidamente a atividade-chave da economia e a principal determinante da mudança ocupacional” (KUMAR, 2006, p. 50).

Como se vê, o conhecimento passa a ter um papel tão determinante e a nova sociedade terá como centro uma “economia de informação”. Através dela se terá um rápido “[...] crescimento do número de trabalhadores em informação na estrutura ocupacional” (BELL apud KUMAR, 2006, p. 23-24). Isso porque, vale destacar,

A sociedade de informação, segundo seus teóricos, gera mudanças no nível mais fundamental da sociedade. Inicia um novo modo de produção. Muda a própria fonte da criação da riqueza e os fatores determinantes da produção. O trabalho e o capital, as variáveis básicas da sociedade industrial, são substituídos pela informação e pelo conhecimento. A teoria do valor trabalho, da maneira formulada por uma sucessão de pensadores clássicos, de Locke e Smith a Ricardo e Marx, é obrigada a ceder lugar a uma “teoria do valor do conhecimento, e não do trabalho, e a origem do valor”. (KUMAR, 2006, p. 51).

Para os teóricos citados por Kumar (2006), com a mudança na esfera ocupacional estaríamos presenciando o surgimento de uma sociedade que, para além de todas as suas tensões, deveria ser celebrada não só como um “novo” modo de produção, “mas como um estilo de vida completo” (KUMAR, 2006, p. 53).

Outra característica dessa sociedade é que “o trabalho e o capital, as variáveis básicas da sociedade industrial, são substituídos pela informação e pelo conhecimento” (KUMAR, 2006, p. 51). Por isso, a “sociedade de informação” não tem como

categoria fundante o trabalho. Essa afirmação traz consequências severas para a centralidade do trabalho, porquanto desvirtua a análise dos seus elementos basilares: a criação da riqueza produzida pelo incessante intercâmbio homem-natureza. O trabalho passa, então, a ser secundário na análise das transformações em curso a partir da crise estrutural capitalista. Isso tem implicações decisivas no debate da centralidade do trabalho, pois o primado da informação escamoteia o problema, longe de levá-lo a algum patamar esclarecedor ou resolutivo.

Por essas razões, essa análise é, na prática, a negação da possibilidade (e da necessidade) de ocorrer a revolução que conduzirá a humanidade a outra sociabilidade. O caráter revolucionário imanente aos postulados marxianos é engessado pela centralidade da “informação”, pela expansão da microeletrônica e dos seus derivados; acredita-se que “o computador [...] automatizaria o trabalho tedioso e cansativo, libertando os trabalhadores para se entregarem a tarefas mais interessantes e criativas” (KUMAR, 2006, p. 59).

Essa recusa da categoria trabalho na análise das transformações ocorridas no século XX incide sobre uma questão central, decorrente desta última que apresentamos: o desenvolvimento da informação, da “teoria do valor do conhecimento” e do progresso tecnológico possível no referido século passa a predominar sobre a estrutura econômica. Para os autores, a sociedade tipificada pelo industrialismo clássico desaparecerá. Cumpre salientar que assim se inverte o movimento até descentralizar o verdadeiro momento

predominante da reprodução da totalidade social – a economia<sup>11</sup> –, materializado pela organização industrial e pelos processos produtivos peculiares: grande indústria, fordismo e toyotismo –, derivando daí um conjunto de desdobramentos problemáticos. Para esses desdobramentos, reservamos o próximo item.

### **Implicações da defesa da “sociedade de informação” para a centralidade do trabalho: o “fetichismo da técnica”**

Ora, se o trabalho não é mais fundante, qual a categoria que assumiria essa função no desenvolvimento da sociedade? Prevalece o pressuposto de que, na sociedade dos “novos tempos”, a informação converte-se na “fonte da criação da riqueza”. Nega-se a centralidade do trabalho e dos seus elementos basilares como atividade fundante: a criação da riqueza produzida pelo incessante e ineliminável intercâmbio homem-natureza presente em qualquer formação sócio histórica, como já argumentara Marx (1988). É necessário acentuar que, aqui, não se trata apenas de uma troca de sinais, nem mesmo de uma mera substituição de termos categoriais. Trata-se do fato de que há, por parte desses autores, o abandono de categorias essenciais para a apreensão da realidade. Cancela-se a centralidade ontológica do trabalho e da sua relação com os demais

---

<sup>11</sup> Cumpre ressaltar aqui, ainda que brevemente, que na relação dialética e crescentemente mediada que se estabelece entre economia e totalidade social cabe à economia o momento predominante. É possível atestar, com base em Marx e Lukács, que tal constatação não implica nenhum julgamento de valor. Isso se deve ao fato de que é na economia “[...] que reside o momento fundante da sociabilidade (o trabalho)” (LESSA, 2011, p. 264).

complexos sociais, invalidando, não importa o quão consciente ou inconscientemente isso ocorra, o caráter ontológico de distinção das classes sociais na estrutura produtiva, já que essa distinção fundamental tem, no trabalho, seu nódulo decisivo. Por essa e outras razões é que nesse terreno germina um “[...] vasto campo teórico para as ilações as mais mirabolantes” (LESSA, 2011, p. 243).

Os teóricos da “sociedade de informação” afirmam que “[...] estaremos entrando numa era mais democratizante, pois a informação pode iniciar a rejeição pelas hierarquias e pode acabar com as classes sociais” (NAISBITT, 1984; MASUDA, 1985 apud KUMAR, 1997, p. 26-27). Lijkine (1995), como já visto no item anterior, também argumenta que a revolução implicaria, necessariamente, a supressão das divisões de funções e das classes. Como se vê, outra projeção louvável da “sociedade da informação” é a de que, por meio desta, o fim das classes sociais seria alcançado sem que, para isso, fosse supressa a base que a sustenta: a propriedade privada e a hierárquica divisão social do trabalho. Há, aqui, um equívoco grave. A divisão de classes não é uma consequência direta da inovação tecnológica e, portanto, não pode ser superada unicamente por essa mediação. O que define as fronteiras entre as classes é, em linhas gerais, o lugar ocupado por estas na estrutura produtiva: subordinação (trabalhadores) ou controle privado (burguesia) na produção social da riqueza.

Nos marcos do capitalismo, os elementos definidores da divisão de classes, além da propriedade privada como elo de regula-

ção das relações sociais, é a separação violenta dos trabalhadores dos seus meios de produção. Para Marx (1988), o desenvolvimento da produção capitalista demanda *sempre*, de um lado: possuidores de dinheiro, meios de produção e meios de subsistência, que compram força de trabalho alheia; e doutro: trabalhadores “livres” que, alijados dos meios de produção, são condicionados, para subsistir, a vender sua força de trabalho. Estes últimos tornam-se mercadorias fundamentais, pois estão “livres”, uma vez que não pertencem aos meios de produção, nem os meios de produção lhes pertencem.

Sob esse prisma analítico, a divisão da sociedade em classes é um pressuposto fundamental para que o capital – enquanto relação social – se expanda e penetre em todas as dimensões da vida, colocando-as sob seu controle direto; não sendo, portanto, passível de superação pelo campo da tecnologia e da ciência. A determinação da existência das classes no capitalismo está para além do desenvolvimento pujante da técnica, pois a estruturação hierárquica das classes sociais não é decorrência direta e inevitável do desenvolvimento tecnológico. Ao contrário, está atrelada à forma específica da produção e da acumulação tipicamente capitalista; em outras palavras: à relação social que funda as classes.

Na contramão da tendência contemporânea dos teóricos da “sociedade de informação”, Kumar (2006), baseado em estudos empíricos, demonstra que “[...] a computadorização tornou possível sua extensão a esferas de atividades e grupos

de trabalhadores até então intocados” (KUMAR, 2006, p. 59). Com a extensão da informática/do computador para áreas antes não incorporadas pelo capital, tem-se um processo de desqualificação da força de trabalho semelhante aos processos de trabalho baseados nos princípios tayloristas que, até meados do século XX, estavam restritos à indústria de transformação e aos trabalhadores braçais. O autor, desmistificando as “nuvens de glória” que ressaltamos na introdução deste estudo, salienta que a inserção de tecnologias avançadas reduziu o nível de qualificação dos trabalhadores, aspecto que nega a tese de que a tecnologia aumentaria a qualificação dos trabalhadores, pois automatizando o trabalho tedioso e cansativo, o controle da produção seria devolvido a estes. A realidade mostrou, e tem demonstrado, algo distinto desta proposição: a aplicação da nova tecnologia deu prosseguimento à desqualificação do trabalhador, intrínseca aos princípios tayloristas.

Kumar (2006) constata que a computadorização das atividades nas indústrias não resulta no aumento da habilidade dos trabalhadores. Para ele, os pontos estratégicos da produção foram automatizados, e isso permite ao capital reduzir sua dependência por trabalhadores qualificados. As novas tecnologias não possibilitam mais qualificação aos trabalhadores da informação, nem aumentam o conhecimento e o controle do trabalhador sobre o processo de trabalho. Com as inovações técnicas, as empresas conseguem diminuir a diversidade das tarefas individuais e padronizam o trabalho; assim, “[...] o trabalho com computadores seguiu o pa-

drão conhecido de separação e decomposição de tarefas, resultando em trabalho rotinizado de um pequeno grupo de projetistas e pesquisadores” (KUMAR, 2006, p. 61). Esses elementos evidenciam que as mudanças na esfera produtiva não apontam para a nova “sociedade de informação”. Ao contrário, a essência da sociedade burguesa continua intocável. Observa o autor que “o capitalismo pós-fordista ainda é capitalismo. É impulsionado tanto hoje como sempre pelo motor do processo de acumulação. A reestruturação implícita no pós-fordismo tem a intenção de fortalecer, e não de enfraquecer o capitalismo” (KUMAR, 2006, p. 89).

De forma crítica, João Bernardo (2004) afirma que a intensa exploração intelectual da força de trabalho, propiciada pela microeletrônica e pela informática, mascarada na “sociedade de informação”, foi utilizada para impedir que a contradição capital x trabalho se tornasse explosiva, pois

[...] as concepções e os hábitos milenários que as primeiras sociedades capitalistas usaram e transformaram de acordo com as novas necessidades ideológicas supunham a inferioridade intelectual da força de trabalho, de maneira que trabalhar era, por definição, trabalhar com o corpo. Ora, quando se esgotou a possibilidade de levar avante a extração da mais-valia relativa graças ao esforço muscular, este quadro de concepções ficou radicalmente alterado. Hoje, quanto maior for a componente intelectual da atividade dos trabalhadores e quanto mais se desenvolver intelectualmente a força de trabalho, tanto mais consideráveis serão as possibilidades de lucro dos capitalistas (BERNARDO, 2004, p. 106-107).

Para acalorar o debate, este autor explica como o capital continua submetendo a força de trabalho a um controle permanente e intenso, ainda que sob o manto do desenvolvimento da componente intelectual do trabalho. O capital articula um conjunto de necessidades contraditórias e as condiciona às modalidades de desenvolvimento da informática, já que cria,

[...] por um lado, a capacidade para acelerar a difusão das informações e a transmissão das decisões [e] faz dos computadores pessoais o instrumento ideal do toyotismo, permitindo que o esforço mental dos trabalhadores e as suas aptidões para a gestão sejam explorados durante o processo produtivo; por outro lado, a capacidade da informática para selecionar as informações e limitar a esfera em que elas são difundidas e, ao mesmo tempo, para orientar os sentidos em que as decisões são transmitidas faz com que o exercício da atividade intelectual e organizativa dos trabalhadores não ultrapasse o âmbito que lhe é fixado pelos chefes de empresa e obedeça ao controle das administrações. Este parece-me ser o meio principal para impedir que o novo estágio da mais-valia relativa ponha em causa as clivagens e as hierarquias fundamentais da sociedade capitalista (BERNARDO, 2004, p. 107).

Bernardo (2004, p. 88) salienta que a difusão da microeletrônica e da automação aumenta a exploração do trabalho à medida que provoca “[...] a transferência da sabedoria dos trabalhadores para os bancos de dados das empresas e para o *software* das novas máquinas”. Também explica que essa difusão levou em diversos setores a demissões maciças de trabalhadores, pois “prescindiu-se de trabalhadores cujas qualificações, que podiam ser de nível muito elevado, já não eram úteis para a nova maquinaria instalada, en-

quanto, por outro lado, foram despedidos trabalhadores não qualificados cujas tarefas passaram a ser feitas pelas máquinas automáticas” (BERNARDO, 2004, p. 89).

Essa problematização desvenda o argumento de que com a reestruturação produtiva delineia-se uma “nova” sociedade. Centrados apenas nas mudanças alcançadas pelo desenvolvimento científico, os defensores da “sociedade de informação” postulam que a técnica é central. Desse modo, não captam a rica e complexa articulação que se estabelece entre o desenvolvimento das forças produtivas e sua crescente potencialização mediante o incremento tecnológico na quadra histórica do capitalismo contemporâneo. Como já demonstrado anteriormente, tomam a técnica, e não mais o trabalho, como fundante da sociabilidade. Não apreendem por que a produção é quem determina a necessidade da inovação tecnológica, e não o inverso. Recaem, portanto, no “*fetichismo da técnica*”<sup>12</sup>.

Disso decorre, conforme Lessa (2011, p. 39), que

[...] um amplo leque de teorias se apoiam, implícita ou explicitamente, na tese de que o desenvolvimento tecnológico seria o momento determinante no

---

<sup>12</sup> Na análise de Lessa (2011, p. 261), esse fetichismo não é uma criação contemporânea, pois na transição do século XIX para o século XX, na II Internacional, destaca-se a ideia de que “[...] a humanidade teria passado do modo de produção primitivo ao modo de produção asiático ou escravista, e deste último ao feudalismo e ao capitalismo, graças ao desenvolvimento de novas tecnologias que teriam tornado anacrônicas as relações de produção existentes a cada momento”.

desenvolvimento das forças produtivas e, portanto, das relações de produção e das classes sociais. Em mais de um momento as hipóteses de que a classe operária estaria extinta ou em extinção, ou então de que estaria se fundindo com o conjunto dos assalariados, têm por fundamento a tese segundo a qual a introdução de novas tecnologias como a automação ou a informatização alteraria o fundamento da relação entre as classes sociais.

A marca da proeminência da técnica nas concepções dos autores que defendem a “sociedade da informação” é explícita, como temos identificado. Centrados apenas nas transformações alavancadas pela técnica, tais autores entendem que esta passou a ser central. Sobre essa questão, Lukács (1981, p. 87) já demonstrara o quanto a defesa do *“fetichismo da técnica”* é falaciosa:

Exatamente como na própria economia, a técnica é uma parte importante, mas sempre derivada, do desenvolvimento das forças produtivas e, acima de tudo, dos homens (o trabalho) e das suas relações inter-humanas (divisão do trabalho, estratificação de classe, etc.) (LUKÁCS, 1981, p. 87).

Ou seja, a técnica se constitui enquanto uma resposta socialmente elaborada aos problemas de reprodução da sociedade de classes. Por isso mesmo, não pode se constituir enquanto momento predominante, pois, ao fazer isso, verifica-se uma inversão ontológica. Ao contrário, o autor nos demonstra que a técnica “é uma parte importante, mas sempre derivada”. Longe de ser determinante, a técnica é determinada pela estrutura econômico-social a

ela correspondente. De fato, é o desenvolvimento econômico do capitalismo, com seu dinamismo particular, que determina, em última análise, a necessidade premente de aperfeiçoamento da técnica para facilitar o processo de extração de mais-valia consoante a redução do contingente da força de trabalho. Desenvolvem-se as técnicas necessárias à sua forma peculiar de produção, suscitadas pelas exigências mais elementares desse modo de produção. Deve-se, ainda, levar em consideração que são, em última instância, as demandas da sociedade capitalista que orientam o desenvolvimento da tecnologia e da ciência.

Assim, a questão central é que as inovações tecnológicas em curso e as novas formas de gerenciamento e organização do trabalho não alteraram a dinâmica essencial da sociedade. O equívoco de alguns autores consiste em atribuir às transformações técnicas o poder de modificar as relações de produção e de alterar a configuração das classes sociais. Cometem esse equívoco porque não consideram que desde a grande indústria, a partir da introdução da maquinaria, ocorrem alterações na organização produtiva de acordo com as necessidades de reprodução ampliada do capital, com consequências para a reprodução dos trabalhadores.

Torna-se fundamental o entendimento de que a aplicação da maquinaria ao processo produtivo se dá de forma independente do estágio histórico de desenvolvimento alcançado pelo capitalismo, com o fim último de produzir capital e, em hipótese alguma, para aliviar a força física do ser humano empregada na criação de uma

mercadoria. Segundo Marx (1988, p. 7), semelhantemente a qualquer outro desenvolvimento da força produtiva do trabalho, a maquinaria “[...] se destina a baratear mercadorias e a encurtar a parte da jornada de trabalho que o trabalhador precisa para si mesmo [...]”, que se faz imprescindível à sua reprodução nos marcos desta sociedade. Isso possibilita aumentar a parcela da jornada de trabalho gratuita ao capitalista. O autor é esclarecedor ao afirmar que a máquina, capitalisticamente utilizada, é “[...] meio de produção de mais-valia” (MARX, 1988, p. 7).

Por estar subordinada às determinações do capital e à sua lógica expansionista, entende-se que a maquinaria emergiu como o sujeito da produção, pois caso esta se desenvolvesse numa sociedade cujo modo de produção não fosse capitalista, seria a máquina apenas um objeto do corpo de trabalho. Isso porque, ainda conforme Marx (1988), é no desenvolvimento do capitalismo que ocorre a degradação do trabalhador ante a maquinaria, que não serve de aliada para o trabalho no desenvolvimento autêntico de suas necessidades e reprodução humana. Produz-se nessa sociedade uma produção alienante, na qual a riqueza produzida é destinada e controlada privadamente por uma pequena parcela da sociedade: a classe burguesa.

Apesar disso, não podemos deixar de mencionar a importância da Revolução Industrial para o desenvolvimento das forças produtivas, ainda que tal processo não tenha representado para os trabalhadores a garantia do atendimento pleno de

suas necessidades materiais e sociais. O importante é entender que foi a partir dela que o capitalismo passou a constituir o modo de produção capaz de desenvolver plenamente as forças produtivas e avançar a tal ponto que a capacidade de produzir riqueza ultrapassou os limites necessários para satisfazer as necessidades de reprodução social dos homens.

A tecnologia utilizada por Ford na aplicação do método de Taylor acha-se expressa principalmente na criação da linha de montagem:

Ela surgiu em momento de expansão do capitalismo estadunidense que tornara possível e necessária a conversão do mercado em direção ao consumo de massas. Coinciidiu, ainda, com a crise de 1920-22, que colocou milhares de trabalhadores na rua [...]. A linha de montagem é consequência, e não causa primeira, da revolução do capitalismo monopolista em direção ao binômio fordismo/Estado de Bem-Estar (LESSA, 2011, p. 255).

A novidade é que agora o capitalismo ocupa todo o globo, enquanto “estrutura ‘totalizadora’ de controle à qual tudo o mais, inclusive seres humanos, deve se ajustar, e assim provar sua ‘viabilidade produtiva’, ou perecer, caso não consiga se adaptar” (MÉSZÁROS, p. 96) – seja porque conseguiu derrubar os regimes comunistas da Europa Oriental, seja porque na sociedade ocidental ingressou em áreas da política, da cultura e do bem-estar social que antes eram de domínio público. Além dessas, também a educação, os meios eletrônicos de divulgação e as artes, a saúde, a segurança social, a polícia e os serviços penitenciários vêm

sofrendo os impactos da ofensiva do capital.

Por isso, Lessa (2011) explica que,

Do ponto de vista empírico, não há nenhum indício significativo de que a técnica seria predominante no desenvolvimento das relações de produção – nem no passado, nem no presente. Nada indica que o mero desenvolvimento de tecnologia estaria hoje em dia varrendo as relações capitalistas de produção para a lata do lixo da história, abolindo as classes sociais ou dissolvendo a contradição antagônica proletariado/burguesia em mais uma ampla contradição entre a condição assalariada *versus* o capital (LESSA, 2011, p. 261).

Em suma, a frenética expansão da informática na atualidade está aprisionada aos nexos de uma produção destrutiva, nos termos de Mészáros (2002), marcada pela manipulação em massa. Desdobram-se daí problemas que não se restringem a questões teóricas, pois repercutem diretamente na vida social. Não há comprovação histórica de que a técnica superou o trabalho e possibilitou aos homens uma organização social antagônica ao capitalismo. Longe dessa grosseira falsificação, constata-se que a inovação tecnológica não emancipou o trabalhador do trabalho rotineiro/assalariado. Sem dúvida, proporcionou rigorosamente o inverso: apresenta-se como forma bárbara de aprisionamento do trabalhador ao capital. Sem a ruptura do trabalho abstrato, produtor de alienação, não será possível a verdadeira sociedade emancipada.

### Considerações finais

Durante este estudo buscamos evidenciar que na sociedade que tem como elemento central a produção e acumulação de uma “coleção de mercadorias” (MARX, 1996), todo aperfeiçoamento tecnológico volte-se para a obtenção de lucros. Não é casual que o desenvolvimento da tecnologia esteja a serviço da extração do trabalho excedente e, consequentemente, da acumulação privada de riqueza. As demandas desta sociedade estão presas à propriedade privada, e a técnica, aplicada à produção capitalista, não é neutra: atende, funcionalmente, às relações sociais que lhe determinam o uso e a aplicação. Vimos, no decorrer deste estudo, que as inovações tecnológicas atuais e as formas de organização do trabalho não alteraram a dinâmica essencial da sociedade. As transformações tecnológicas têm como ditame o valor de troca e, por isso, não resultaram na eliminação do trabalho, nem na dissolução das classes sociais (burguesia e proletariado). Portanto, o equívoco dos autores defensores da “sociedade de informação” consiste em atribuir à técnica o poder de alterar as relações de produção e as classes. Afirmar a prevalência da técnica em relação à economia é revogar a tese de Marx da centralidade do trabalho e da necessidade histórica da revolução.

Essa armadilha do “*fetichismo da técnica*”, na reestruturação produtiva atual, levou os autores a obscurecer os nexos objetivos da realidade e a uma visão banalizada e evolucionista da história. Não há indício comprovável, no campo teórico ou empírico, de que a tecnologia no século XX tenha levado ao fim da sociedade do trabalho. Não há nenhuma comprovação

histórica de que o proletariado desaparecerá, nem de que as relações da produção capitalista alteraram o conteúdo de exploração que lhes é intrínseco. Longe disso, o capital, mesmo diante do quadro de crise, continua explorando de forma intensa os trabalhadores, a fim de superar esse quadro que põe em xeque a viabilidade da continuidade de existência do capital enquanto sistema sócio metabólico.

## Referências

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho:** ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

BERNARDO, João. **Democracia totalitária:** teoria e prática da empresa soberana. São Paulo: Cortez, 2004.

CHESNAIS, François. A globalização e o curso do capitalismo de fim de século. **Economia e Sociedade**, São Paulo, n. 1, p. 2-29, 1992.

KUMAR, Krishan. **Da Sociedade Industrial à Pós-Moderna:** novas teorias sobre o mundo contemporâneo. 2 ed. ampl. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 2006.

LESSA, Sergio. **Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo.** São Paulo: Cortez Ed., 2011.

LOJKINE, Jean. **A Revolução Informacional.** Trad. de José Paulo Netto. São Paulo: Cortez, 1995.

LUKÁCS, Georg. **Riproduzione, ontologia dell'essere sociale.** Trad. de Sergio Lessa. Roma: Riuniti, 1981. v. 2, versão italiana de Alberto Scarponi.

MARX, Karl. **O Capital:** Vol. I. Tomo I. Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultura, 1996. (Coleção Os economistas).

MARX, Karl. **O Capital:** Vol. I. Tomo II. Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultura, 1988. (Coleção Os economistas).

MÉSZÁROS, István. **Para além do Capital.** Trad. Paulo Cesar Castanheira e Sergio Lessa. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

SCHAFF, Adam. **A Sociedade Informática.** Trad. de Carlos Eduardo J. Machado e Luiz Arturo Obojes. 10. ed. São Paulo: Brasiliense, 2007.